vazoes futuras, o que permitiria uma solução determinística para o cálculo dos volumes de espera, adota-se uma solução probabilística.

A partir de um estudo de frequência dos eventos máximos com várias durações da série histórica de vazoes, procura-se fazer ajustes de distribuições teóricas de probabilidades para cada duração, através das quais pode-se determinar os volumes afluentes a cada duração associados a uma probabilidade p' de ocorrência.

A Figura 1 mostra a obtenção da Curva Volume x Duração para a probabilidade p' .

Figura 1. Obtenção da Curva Volume x Duração associada a probabilidade fixa p' de ocorrência

Neste caso, $va (d)$ é tal que:

$$P [VA (d) \leq va (d)] = p'$$

A questão fundamental que se coloca para a utilização do método é relativa a qual distribuição teórica de probabilidade deve ser ajustada. Este assunto tem sido discutido em vários trabalhos conforme relatado em NERC (1975), USWRC (1977), Kite (1977) e ELETROBRAS (1987). Contudo, uma conclusão bastante difundida é que não se dispõe de uma distribuição "ótima" para o ajuste a séries de vazoes extremas. Portanto, desejando-se uma maior segurança para o estudo, é necessário uma análise do ajustamento de diversas distribuições. Em geral, a proteção considerada no controle de cheias, para situações normais, não vai além de uma recorrência de 50 anos. Portanto, o bom ajustamento da distribuição teórica à faixa amostral tem grande relevância nesta situação.

Uma outra dificuldade da aplicação do Método da Curva Volume x Duração é que o mesmo informa somente um único volume de espera para toda a estação chuvosa. Este método não considera a variação do potencial de cheia com o decorrer da estação chuvosa. Tal solução, na medida em que existem interesses conflitantes no uso do aproveitamento, não é eficiente. Realmente, em regiões com sazonalidade bem definida, o risco para o qual o volume de espera é dimensionado só se verifica no período inicial da estação chuvosa, decaindo conforme se aproxima o final da estação. Logo, a alocação constante do volume de espera superdimensiona a proteção desejada. Há que se ressaltar, ainda, que, dependendo das vazoes futuras, pode-se não conseguir o reenchimento total do

reservatório ao final da estação chuvosa, implicando numa redução das disponibilidades energéticas durante a estação seca que se segue.

A estratégia que vem sendo adotada para compatibilizar a manutenção do risco com a evolução temporal do período chuvoso, consiste na determinação de volumes de espera a partir da censura da série de vazoes naturais médias diárias, conforme o avanço da estação chuvosa.

Em um sistema de reservatórios, há ainda a necessidade de se determinar a alocação espacial dos volumes de espera. A existência de vários locais sujeitos à descargas de restrição assim como a dependência temporal de um sistema em cascata, exigem o cálculo dos volumes de espera para cada um destes locais

Entretanto, como nem sempre estes locais estão imediatamente a jusante de reservatórios capazes de alocar estes volumes, é necessário se dispor destes em reservatórios mais a montante, conforme será visto na aplicação à bacia do Alto Paraná. Este procedimento pode tornar a operação de controle de cheias vulnerável à distribuição de cheia na bacia.

Visando superar as dificuldades apontadas para a alocação temporal e espacial de volumes de espera, o setor elétrico brasileiro, através do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica, CEPEL, vem realizando estudos de novas alternativas metodológicas de cálculo e alocação de volume de espera. Já existe hoje desenvolvido o Método das Trajetórias Críticas que, associado à Teoria das Condições de Controlabilidade, permite a determinação, para um sistema de reservatórios, dos volumes de espera necessários e suficientes para o controle de cheias em todo o sistema.

3.1.2 Metodologia Alternativa

- Método das Trajetórias Críticas

Este método foi desenvolvido no CEPEL por Kelman (1987) e permite determinar para cada dia da estação chuvosa, o volume de espera associado a uma probabilidade de ocorrência p' , previamente estabelecida.

O método emprega um algoritmo recursivo sobre as vazoes naturais médias diárias do local a ser estudado. Partindo-se de um volume de espera nulo no final do último dia do período chuvoso, no dia h de um ano i , da vazao média diária neste dia e da descarga de restrição, determina-se o volume no início deste dia da seguinte forma.

$$ve(h,i) = \max [0, (q(h,i) - qr) \times \Delta t] \quad (4)$$

onde: ve - volume de espera;

h - índice do último dia do período chuvoso;

i - índice do ano;

- $q(h,i)$ - vazao média diária no dia h do ano i ;
- q_r - descarga de restrição
- Δt - intervalo de discretização (1 dia = 86400 s).

Ao início do penúltimo dia, o volume de espera deverá ser igual a:

$$ve(h-1) = \max [0, (q(h-1,i) - q_r) \times \Delta t + ve(h,i)] \quad (5)$$

De uma forma geral, então, dispondo-se sempre do volume necessário no início do dia posterior, pode-se, recursivamente, determinar-se os volumes necessários nos dias anteriores:

$$ve(h-1) = \max [0, (q(h-1,i) - q_r) \times \Delta t + ve(h,i)] \quad (6)$$

$t=1,2,3 \dots, h$

A evolução do volume de espera ao longo do tempo para o i -ésimo ano denomina-se trajetória crítica. A figura 2 a seguir, apresenta a trajetória crítica para o ano i , mostrando as regiões segura e insegura para a operação de controle de cheias do reservatório.

Figura 2. Evolução do Volume de Espera para o i -ésimo ano.

Suponha, agora, 3 anos distintos, cujas trajetórias estão na figura 3. A envoltória das mesmas, representada em linha tracejada, garantirá que em nenhum instante, não importando o ano ocorrido, a vazão defluente será superior a descarga de restrição.

Figura 3. Definição da envoltória das trajetórias críticas.

Em uma série de n anos, conseqüentemente n trajetórias, a envoltória garantirá a não ocorrência de violação da descarga de restrição.

A envoltória é definida por:

$$v^j(t) = \max [v_e(t,i); I - 1, 2, \dots, n]; t = 1, 2, \dots, h$$

Como a seqüência de vazoes futuras não é conhecida, adota-se, assim como no caso da Curva Volume x Duração, uma abordagem probabilística, sendo que neste caso o universo de possíveis seqüências de vazoes futuras é obtido através de séries sintéticas de vazoes. A utilização de séries sintéticas é imperiosa pois as séries históricas de vazoes diárias disponíveis nos locais de interesse para os estudos de prevenção de cheias geralmente não ultrapassam 60 anos, período este, ainda pequeno para a determinação de trajetórias associadas aos tempos de retorno comumente adotados pelo setor elétrico brasileiro.

Como, provavelmente, a alocação da envoltória obtida das séries sintéticas de vazoes seria inviável, é necessário a aceitação de alguma probabilidade p' de insucesso no controle de cheias. Define-se, então, um conjunto de k trajetórias críticas que não serão consideradas na determinação da envoltória de volumes de espera.

Durante os estudos e testes realizados até então com o método das Trajetórias Críticas, o modelo de geração de séries sintéticas utilizado tem sido o modelo DIANA, desenvolvido por Kelman (1986).

• Teoria das Condições de Controlabilidade

O Método das Trajetórias Críticas resolve a questão da alocação temporal dos volumes de espera, entretanto, para um sistema de reservatórios é necessário, ainda, a determinação de como este volume deve estar disponível espacialmente.

Os problemas de sistemas multireservatórios para controle de cheias foram analisados teoricamente pela primeira vez por Marien (1984), levando a formulação da teoria das condições de

controlabilidade para a análise determinística de sistemas de reservatórios com apenas um local sujeito à restrição. Damázio (1989) estendeu estes resultados de forma a considerar também sistemas com múltiplos locais sujeitos à restrição, agregando ainda à esta teoria a noção de envoltórias, permitindo um tratamento estocástico do problema.

Tomando como exemplo um sistema de dois reservatórios, R_2 e R_1 , em série, sendo R_2 o reservatório de montante, no qual existem restrições de vazão máxima imediatamente a jusante de cada reservatório. O cálculo do volume de espera a ser alocado em cada reservatório e em cada dia deve considerar que existe um mínimo espaço vazio a ser alocado em R_2 , função exclusiva de sua restrição e das afluições a R_2 . Por outro lado, o mínimo espaço vazio a ser alocado à jusante depende do total afluinte à R_1 (soma da afluição à R_2 com a afluição incremental entre R_2 e R_1) e também do espaço vazio que tiver sido alocado em R_2 .

Para um dia qualquer t , o domínio das soluções possíveis é caracterizado pelas seguintes equações, chamadas de condições de controlabilidade:

$$E_1(t) \geq ve_1(t) \quad (1)$$

$$E_2(t) \geq ve_2(t) \quad (2)$$

$$E_1(t) + E_2(t) \geq ve_{1,2}(t) \quad (3)$$

onde $E(t)$ é o espaço vazio e $ve(t)$ é o limite inferior que se deseja calcular

Os valores de $ve(t)$ servem para definir a região viável para os espaços vazios no dia t . Em geral, para qualquer sistema multireservatório a região viável será sempre caracterizada por limites inferiores $ve(t)$ para somas de espaços vazios de reservatórios pertencentes aos vários subsistemas existentes neste sistema. Os subsistemas do sistema de dois reservatórios descritos acima são $\{R_1\}$, $\{R_2\}$ e $\{R_1, R_2\}$. A figura 4 ilustra a fronteira entre as regiões viável e inviável para o controle de cheias neste sistema como um todo para um determinado dia.

Damázio (1989), mostra como os limites inferiores de espaços vazios, $ve(t)$ podem ser obtidos para cada subsistema.

Figura 4: Regiões viáveis e inviáveis para os espaços vazios num determinado dia

3.2 Regras de Operação para Controle de Cheias

Uma vez escolhida a alternativa de alocação de volume de espera, passa-se à segunda etapa do planejamento da operação hidráulica onde podem ser visualizadas duas condições, a saber: operação normal e operação em emergência

• Operação Normal

Esta operação pode ser caracterizada pela ocorrência de uma cheia que permanece, ao longo de sua duração, sob o controle do Centro de Operação, não havendo perspectivas de esgotamento dos volumes de espera dos reservatórios nem da liberação de descargas defluentes que ultrapassem restrições a jusante dos aproveitamentos.

Durante a operação normal para controle de cheias, são recebidas e processadas as informações de dados provenientes de postos hidrometeorológicos da rede de medição, oferecendo um quadro aproximado da situação real do sistema e permitindo uma boa confiabilidade das decisões.

É indispensável ainda a disponibilidade de regras de operação que recomendem os valores das descargas totais em função de vários parâmetros, tais como níveis em pontos críticos dos rios, vazões afluentes em pontos situados a montante ou a jusante dos reservatórios, vazões dos principais afluentes, alturas de chuva etc. Estas regras são frutos de uma longa experiência operativa ou podem ser obtidas de simulações.

As regras básicas adotadas em uma operação normal são:

1. enquanto a vazão afluente for inferior ao limite da restrição de defluência, a descarga defluente total (vertida + turbinada) deve ser igual à vazão afluente. Em consequência, o nível do reservatório deve se manter no valor recomendado do volume de espera,
2. quando a vazão afluente for superior ao limite da restrição de defluência, a descarga defluente total deve ser igual ao limite da restrição de defluência. Em consequência, o nível do reservatório começa a subir, iniciando-se a utilização do volume de espera e o amortecimento da cheia;
3. tendo sido o volume de espera ocupado parcial ou totalmente e iniciando-se o seu esvaziamento, a descarga defluente total deve ser mantida igual ao valor limite da restrição de defluência, de forma a restabelecer o mais prontamente possível o volume de espera, sem provocar danos a jusante;
4. proximamente ao restabelecimento do volume de espera, a descarga defluente total deve ser reduzida do limite da restrição de defluência para o valor da afluência, através de uma taxa de redução de defluência que não provoque danos a jusante.

- **Operação em Emergência**

Esta operação pode ser caracterizada pela ocorrência de uma cheia com perspectivas de esgotamento dos volumes de espera dos reservatórios, sendo necessário providenciar descargas defluentes totais que superam as limitações impostas por eventuais restrições, ocasionando situações críticas e provocando danos.

Outra situação possível que caracteriza a condição de emergência é a perda de comunicação da usina com o Centro de Operação. Neste caso, o elemento encarregado da operação da usina deve estar autorizado para tomar as providências cabíveis, para as quais deve estar disponível uma sistemática de procedimentos bem definidos, que garantam a segurança da barragem.

Em ambas as situações, é indispensável a existência de regras de operação que indiquem, a cada instante, qual defluência deve ser programada de forma a garantir a segurança da estrutura das barragens, sem provocar enchentes mais críticas do que as que ocorreriam sob condições naturais de escoamento. Um exemplo desta regra é o diagrama de operação em emergência apresentado no Anexo 1.

- **Diagrama de Operação em Emergência**

Uma ferramenta bastante utilizada, durante a ocorrência de uma cheia, para obtenção do valor da defluência mínima necessária em cada aproveitamento, é o denominado diagrama de operação em emergência apresentado por U.S Army - Corps of Engineers (1959), Beard (1963), CECCA (1977). Este diagrama define a descarga que deve ser defluída, quando são conhecidos os níveis do reservatório e a taxa de variação dos níveis ou a afluência, tendo em vista uma previsão do mínimo volume afluente que pode ser esperado em uma particular cheia. A hipótese admitida é de que o hidrograma tenha atingido o seu pico para o valor atual e de que os valores futuros ocorrerão segundo uma lei exponencial que define a recessão das vazões de um rio. O volume mínimo afluente a ser esperado pode ser calculado pela área sob o trecho de descida do hidrograma. A partir deste volume afluente mínimo esperado, com uma dada afluência presente e o nível atual do reservatório, pode ser calculada a descarga defluente, de modo que seja utilizado o volume do reservatório até a sua capacidade disponível, limitada no seu nível máximo normal ou, quando possível, pela sua curva de sobrecarga induzida. Uma família de curvas características de afluições, como a mostrada no Anexo 1, pode ser traçada a partir destes cálculos

- **Curva de Sobrecarga Induzida**

No esquema a ser desenvolvido para operação em emergência, salienta-se o conceito de curva de sobrecarga induzida. A sobrecarga induzida é obtida quando as comportas do vertedor são operadas todas ao mesmo tempo, através de aberturas parciais, de modo a possibilitar o armazenamento do excesso de afluência em relação à descarga defluente total. A sobrecarga induzida, para cada abertura parcial das comportas, está limitada pela cota do topo das comportas do vertedor para esta mesma abertura, de modo a evitar o galgamento das mesmas.

4. Aplicação à Bacia do Alto Paraná

A bacia do Alto Paraná drena parte das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul do Brasil, conforme mostra o Anexo 2. Está localizada no eixo de maior desenvolvimento do país, envolvendo além do Distrito Federal, áreas dos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

Tendo em vista as diversidades hidrológicas, bem como a topologia dos aproveitamentos, pode-se considerar, do ponto de vista do controle de cheias, três sistemas distintos:

1. Bacia do Alto Paraná até Jupia;
2. Bacia do rio Paranapanema;
3. Bacia do rio Iguaçu;

A bacia do Alto Paraná até Jupia, com 470.000 km² de área de drenagem, abrange além do trecho do rio Paraná, os rios Paranaíba, Araguari, Grande, Pardo e Tietê. Nestes rios estão implantados 27 aproveitamentos hidroelétricos pertencentes às empresas FURNAS, CESP, CEMIG e CELG, sendo que 14 possuem reservatórios, nos quais são alocados volumes de espera.

A bacia do rio Paranapanema possui uma área de drenagem de cerca de 100.000 km². Todos os 6 aproveitamentos hidroelétricos existentes pertencem à CESP, sendo que 3 deles possuem reservatórios, utilizados no controle de cheias

A bacia do rio Iguaçu, com uma área de drenagem de 68.000 km², possui, até o momento, 5 aproveitamentos, sendo 4 dispostos em cascata no rio Iguaçu, e um de menor dimensão no rio Chopim. Estes aproveitamentos pertencem às empresas COPEL e ELETROSUL, sendo que 2 deles possuem reservatórios os quais são utilizados também para controle de cheias.

No rio Paraná, a montante da confluência com o rio Iguaçu, localiza-se o aproveitamento binacional de Itaipu, com uma área de drenagem da ordem de 820.000 km²

O Anexo 3 apresenta um diagrama esquemático dos aproveitamentos existentes na bacia do rio Paraná.

O conjunto de aproveitamentos a montante de Jupia se constitui no principal sistema, tendo em vista a sua dimensão e complexidade da sua operação.

4.1 Restrições Hidráulicas Existentes na Bacia

A bacia do rio Paraná possui diferentes tipos de restrições hidráulicas a serem protegidas com medidas preventivas de controle de cheias, descritas de forma resumida a seguir.

Iniciando pelo rio Grande, tem-se uma restrição de defluência de 400 m³/s no conjunto Camargos/Itutinga, condicionada às enchentes na cidade de Ribeirão Vermelho, 190 km a jusante. Em particular, ocorrem inundações nesta cidade com vazões superiores a 1.000 m³/s, compostas pela

soma das defluências das usinas às contribuições da bacia incremental, representadas principalmente pelas vazoes dos rios Capivari e das Mortes.

A jusante de Furnas tem-se uma vazao de restrição de 4.000 m³/s devido a um porto de balsas em São João Batista do Glória, ranchos ribeirinhos e portos de areia.

A usina de Mascarenhas de Moraes, pelo posicionamento de seus vertedouros, não pode defluir vazoes superiores a 4.400 m³/s sem correr o risco de inundação da sua casa de força. Operando de forma conjugada com a usina de Estreito, já que seu canal de fuga sofre influência do remanso desse reservatório, a sua restrição pode ser aumentada até 6.000 m³/s. Possui, também, restrição de nível mínimo no seu reservatório (665,00 m = 89,2% V.U.) em função das tomadas para captação de água de usinas açucareiras na área do lago.

As usinas de Estreito e Jaguará possuem uma restrição de 4500 m³/s em função de inundação em trecho da rodovia BR-050, entre as cidades de Uberaba (MG) e Ribeirão Preto (SP). Por outro lado, Volta Grande deve respeitar 5 000 m³/s para evitar a inundação de casas de campo ao longo do rio, enquanto Porto Colômbia tem como limite 7.000 m³/s para não causar problemas para a estrutura da ponte Gumercindo Penteado, da BR-364.

O último aproveitamento do rio Grande com restrições operativas é Marimbondo, de FURNAS. Possui uma restrição de nível máximo (445,73 m = 95% V.U.) que visa manter o nível na ponte Gumercindo Penteado, da BR-364, na cota 446,40 m, ou seja, 50 cm abaixo do seu tabuleiro, evitando o acúmulo de plantas aquáticas, o represamento de ilhas flutuantes, obstruções ao fluxo de água entre seus pilares e à montante da viga lateral, e as sucessivas submersões e emersões da viga da ponte. Para jusante, Marimbondo possui uma descarga de restrição de 8.000 m³/s, que atinge áreas urbanizadas da própria usina, ranchos de pescadores e causa a erosão do acesso à ponte rodoviária da BR-153.

No rio Paranaíba, o aproveitamento de Emborcação possui uma vazao de restrição de 5.000 m³/s, a partir da qual existe a inundação da estrada de acesso à própria usina.

A usina de Nova Ponte, no rio Araguaí, afluente do rio Paranaíba, tem sua restrição variável, da ordem de 2.000 m³/s, em função da afluência máxima de 2.500 m³/s de adução dos dois túneis de desvio da obra da usina de Miranda, 80 km a jusante de Nova Ponte.

A usina de Itumbiara passou, a partir da cheia de 1983, a operar para controlar a vazao de 7.000 m³/s, visando evitar a inundação de áreas de benfeitorias da cidade de Itumbiara, localizada 13 km a jusante da barragem.

Finalmente, o aproveitamento de São Simão, nesse mesmo rio, possui uma restrição de 16.000 m³/s referente a ponte da rodovia BR-365 na fronteira dos estados de Minas Gerais e Goiás. Vale ressaltar que tal restrição corresponde a uma vazao de recorrência bastante elevada.

No rio Tietê, tem-se o aproveitamento de Barra Bonita com uma restrição, bastante severa, de 1 800 m³/s, a qual interrompe a navegação fluvial por impedimento do funcionamento da eclusa.

No rio Paraná, a restrição de Jupia, cujo valor é 16.000 m³/s, é a mais severa de toda a bacia, haja visto o grande impacto causado pelo seu rompimento, provocando inundações nas cidades de Três Lagoas, Panorama e Presidente Epitácio, e o seu baixo período de retorno, de aproximadamente 2 anos. Portanto, em condições naturais, na ausência do sistema de reservatórios de montante, o risco de ocorrerem vazoes iguais ou superiores à restrição seria de 50% a cada ano.

Na bacia do rio Paranapanema, todos os aproveitamentos pertencem à empresa CESP. Esta bacia possui um regime de vazoes misto, isto é, ora influenciado pela sazonalidade da região Sudeste, ora pelo regime dos rios da região Sul.

Em Jurumirim, defluências da ordem de 800 m³/s acarretam o início do galgamento e conseqüente inundação da antiga usina de Piraju, imediatamente a jusante. Vazoes de 1.200 m³/s trazem problemas na própria bacia de dissipação de Jurumirim.

Na usina de Chavantes, a vazao de restrição adotada é de 1.800 m³/s, haja visto que valores superiores interrompem o tráfego na ponte ferroviária existente a jusante. Com 2.200 m³/s surgem problemas na bacia de dissipação da usina e inicia-se o alagamento do seu núcleo administrativo. As soluções de relocação das pontes e instalações da CESP são de custo elevado, exigindo a alocação de volumes de espera e outras medidas para controlar a restrição de 1.800 m³/s, cujo período de retorno é de 6 anos.

Finalmente, em função das últimas cheias, é decretada "Situação de Emergência" nos municípios de Marilena, São Pedro do Paraná, Porto Rico, Querência do Norte e Umuarama sempre que as vazoes em Porto São José, no rio Paraná, junto a foz do Paranapanema, excederem 21.000 m³/s.

Neste caso, para controlar as vazoes, a usina de Capivara passa a ser operada, temporariamente, com uma restrição condicionada, de modo que não seja excedido os 21.000 m³/s, resultante da soma das vazoes dos rios Paraná e Paranapanema.

No rio Iguaçu o aproveitamento de Foz do Areia, o primeiro da cascata, possui uma restrição de operação a montante, caracterizada pela influência, para certas condições, nos níveis de inundação da cidade de União da Vitória, localizada na cabeceira do seu reservatório. A influência do nível deste reservatório sobre o nível do rio Iguaçu, em União da Vitória, é explicada pelas curvas de remanso determinadas pela COPEL. Assim, para cada situação de afluência, o nível de restrição a ser considerado em Foz do Areia pode ser determinado em tempo real, com base nos níveis da água observados, simultaneamente, em Foz do Areia, Porto Vitória e União da Vitória.

Salto Santiago e Salto Osório, a jusante de Foz do Areia, operam condicionando suas defluências às contribuições incrementais observadas até a confluência com o rio Chopim, de forma a respeitar o valor de 17.000 m³/s nessa seção para evitar danos à casa de força da usina Júlio de Mesquita Filho (JMF). A usina de Salto Santiago possui, ainda, restrição de liberação de vazoes superiores a 19.000 m³/s, para evitar a inundação de sua própria casa de força.

4.2 Séries de Vazoes Disponíveis na Bacia

As séries de vazoes naturais médias diárias nos locais de interesse para os estudos de prevenção de cheias têm início de observação variável. As séries dos postos a montante de Jupuíá foram estendidas até 1994, utilizando-se métodos de reconstituição de vazao natural baseados em balanço hídrico de reservatórios e/ou correlação entre postos fluviométricos.

4.3 Aplicação da Metodologia

A metodologia adotada para determinação dos volumes de espera para a bacia do rio Paraná é da Curva Volume x Duração, descrita no item 3.1 deste relatório. Esta metodologia vem sendo aplicada nesta bacia desde 1977. A única exceção foi a utilização do método das Tjetórias Críticas para o cálculo dos volumes de espera próprio em Nova Ponte, para a proteção da obra UHE Miranda.

A variação temporal dos volumes de espera a serem alocados nos reservatórios desta bacia, a montante de Jupuíá, foi obtida pela censura contínua das séries de vazoes naturais diárias, considerando, para o cálculo dos volumes de espera, séries cada vez menores, conforme o avanço da estação chuvosa.

Na análise de freqüências, a distribuição de probabilidades adotada na determinação dos volumes em todos os locais foi a Log-Pearson III. Esta metodologia determina o volume vazio necessário para a proteção de cada local sujeito a uma restrição de vazao, denominados volume de espera próprio. Desta forma, foi aplicada a metodologia para os postos de Camargos, Furnas, Mascarenhas de Moraes, Jaguará, Volta Grande, Porto Colômbia, Marimbondo, Emborcação, Itumbiara, São Simão, Barra Bonita e Jupuíá.

Os estudos de volume de espera para prevenção de cheias elaborados pelo GCOI normalmente contemplam várias alternativas de riscos. A faixa de valores de tempo de retorno usualmente considerada varia de 25 a 50 anos, exceto no caso de determinados locais, onde o impacto do rompimento da restrição é tão grande, como a perda da própria usina, que prefere-se elevar o grau de proteção aumentando o valor do tempo de retorno a ser adotado.

Na bacia do rio Paranapanema os reservatórios da CESP tiveram seus volumes de espera dimensionados para cheias correspondentes a recorrência de 100 anos. Estes valores são alocados todo ano em função do regime de cheias conjunto das regiões Sudeste e Sul do Brasil.

A bacia do rio Iguaçu apresenta, atualmente, duas restrições que devem ser consideradas para o cálculo de volumes de espera, quais sejam: as casas de força de Salto Santiago e de Júlio de Mesquita Filho. Os volumes de espera definidos para proteger as restrições acima são alocados de forma independente, pois os tempos de recorrência associados aos volumes não são iguais. Portanto, em Salto Santiago fica disponível um volume de espera para proteger a sua restrição própria mais o volume necessário para proteger Júlio de Mesquita Filho.

4.4 Resultados dos Volumes de Espera

Na bacia do Alto Paraná o caso mais crítico corresponde ao aproveitamento de Jupιά, pois está sujeito à restrição mais severa da bacia e, por ser a fio d'água, não pode alocar volume de espera para controlar suas defluências.

Tem-se, então, que repartir o volume de espera necessário para proteção da restrição deste aproveitamento entre os demais reservatórios da bacia, além de se planejar uma operação conjugada de controle de cheias. Com exceção dos aproveitamentos a fio d'água e dos reservatórios de Camargos e Barra Bonita, cujas operações de controle de cheias visam exclusivamente a proteção das restrições imediatamente a jusante dos mesmos, todos os demais aproveitamentos situados a montante de Jupιά participam desta repartição.

Considera-se que uma boa repartição do volume de espera calculado para Jupιά, do ponto de vista do controle de cheias, será aquela que mantiver a maior parcela desses volumes o mais próximo possível de Jupιά. O critério que vem sendo adotado desde 1982, baseado em uma relação linear com as médias das vazões máximas mensais do histórico, nos meses da estação chuvosa (dezembro a abril), fornece uma distribuição segura para a operação integrada de controle de cheias nesta bacia, pois quanto mais a jusante o aproveitamento se localizar, maior será sua média e, conseqüentemente, maior será a parcela que lhe caberá do volume de Jupιά.

Para efeito de repartição dos volumes de espera destinados a proteção de Jupιά, considera-se que os reservatórios de Furnas e Mascarenhas de Moraes formam um único reservatório, cuja vazão dos meses da estação chuvosa é igual a vazão média em Mascarenhas de Moraes

Para qualquer tempo de recorrência estudado, os volumes de espera de Jupιά, quando distribuídos pelos aproveitamentos de montante, sempre superam os volumes de espera necessários para o próprio aproveitamento, os denominados volumes próprios, que são calculados para atender especificamente as restrições existentes a jusante de cada aproveitamento

No entanto, no caso das restrições a jusante de Mascarenhas de Moraes, Itumbiara e Nova Ponte, que são respectivamente a casa de força da usina, a cidade de Itumbiara e a obra da usina de Miranda, decidiu-se, para uma maior proteção, considerar a alocação nestes reservatórios da soma das parcelas decorrentes da distribuição do volume de espera de Jupιά com os seus respectivos volumes de espera próprios

Os aproveitamentos de Jaguará, Volta Grande e Porto Colômbia, por serem a fio d'água, têm a proteção de suas restrições exercida pela operação dos reservatórios de Furnas e Mascarenhas de Moraes, os quais possuem restrições próprias compatíveis com as dos referidos aproveitamentos.

Foram levantadas alternativas de alocação de volumes de espera, no sistema de reservatórios a montante de Jupιά, correspondentes a vários tempos de recorrência. Foi feita uma avaliação dos impactos energéticos no Sistema Interligado Sul/Sudeste, decorrente da adoção de cada alternativa, com a finalidade de se obter indicadores significativos, tais como: riscos de déficit, custos de geração térmica e de déficits e probabilidades de enchimento dos reservatórios no final da estação chuvosa. A alternativa aprovada para a estação chuvosa 1995/1996 para proteção da restrição de Jupιά corresponde a um tempo de recorrência de 35 anos, não se alterando em relação aos últimos anos

O volume útil total desses reservatórios a montante de Itaipu é da ordem de 98 bilhões de metro cúbicos, dos quais são reservados cerca de 20% para volume de espera, durante a estação chuvosa, correspondente aos meses de dezembro a abril. Este valor se reduz nos meses de maio a novembro pois, neste período, só estão alocados volumes de espera nos reservatórios da bacia do rio Paranapanema.

4.5 Regras de Operação

No caso da bacia do rio Paraná, deve-se destacar a existência de dois tipos de reservatórios quanto à natureza de suas operações de controle de cheias:

- reservatórios para a operação integrada na bacia;
- reservatórios para a operação isolada na bacia.

Os reservatórios de Camargos e de Barra Bonita, devido às suas localizações e aos seus recursos físicos, são considerados reservatórios para a operação isolada de controle de cheias, cujo único objetivo direto é a proteção de suas restrições próprias, da mesma forma que os reservatórios da bacia do rio Paranapanema.

Os demais reservatórios a montante de Jupuí operam visando a proteção não só de suas restrições próprias como também da restrição de Jupuí. Estes reservatórios compõem o sistema de reservatórios para a operação integrada de controle de cheias da bacia do rio Paraná.

Para efeito de uma operação integrada de controle de cheias para a proteção da restrição de Jupuí são considerados os seguintes subsistemas: Paranaíba; Grande; Ilha Solteira/Três Irmãos e Tietê. Estes subsistemas foram divididos em segmentos. Quando a afluência natural ao sistema até Jupuí ultrapassa a sua descarga de restrição, os volumes de espera dos subsistemas passam a ser utilizados, de maneira conjugada, mantendo-se a defluência de Jupuí na sua restrição. A sequência de utilização dos subsistemas procura se aproximar de um enchimento em paralelo, por segmentos, dos volumes de espera do sistema.

Os volumes de espera a serem alocados tiveram sua evolução discretizada em patamares semanais

Quando os reservatórios encontram-se com seus armazenamentos inferiores ao nível meta, devem ser utilizados os "Diagramas de Operação Normal", que em função da previsão de vazão afluente e do volume vazio disponível indicam as defluências necessárias para atingir os níveis de volume de espera. Desta forma, pode-se antecipar o início da evolução da vazão defluente até o valor de sua restrição, evitando-se com isto as rápidas variações das defluências, que nem sempre são possíveis devido à limitação das taxas de máxima variação diária.

Se a afluência natural ao sistema até Jupuí for maior que a sua descarga de restrição, mesmo existindo volume de espera no sistema, deverá ser sempre consultado o Diagrama de Operação em Emergência do Sistema Equivalente em Jupuí, para saber se ainda é possível manter-se a defluência deste aproveitamento na sua restrição ou se a mesma deverá ser rompida. Para se obter esta

defluência do diagrama de Jupia deve-se dispor dos dados da afluência natural verificada e do volume de espera disponível no sistema para Jupia.

Na fase da operação em tempo real funciona uma Coordenação Operacional para Controle de Cheias, a qual é exercida pelo CNOS - Centro Nacional de Operação de Sistemas da ELETROBRAS, cujas principais atribuições são.

- coordenar a operação integrada dos reservatórios durante o período especificado, aplicando as regras de operação aprovadas;
- coordenar o programa de defluências e a seqüência de enchimento e deplecionamento dos reservatórios em função do estado hidráulico do sistema;
- garantir facilidades e a confiabilidade na troca de informações de dados hidráulicos e hidrológicos entre as empresas envolvidas.

5. Análise da Experiência Operativa

A partir de 1977 o setor elétrico brasileiro começou a incorporar, de forma sistematizada, os estudos de controle de cheias no planejamento e programação da operação dos reservatórios dos Sistemas Interligados Sul/Sudeste e Norte/Nordeste. Inúmeros eventos de cheias significativas ocorreram ao longo destes anos, em várias bacias que permitiram avaliar o desempenho da estratégia de controle de cheias utilizada pelo GCOI. Nesta direção, selecionamos o ano de 1992, que apresentou ao longo do seu transcurso, vários eventos significativos de cheias em diversas regiões brasileiras, particularmente para a bacia do alto rio Paraná. Por oportuno, devido a indivisibilidade da bacia, incluímos, também, uma análise resumida da operação dos reservatórios do rio Iguaçu, bem como suas implicações com a operação hidráulica realizada a jusante de Itaipu nos meses de maio e junho de 1992.

5.1 Operação de Controle de Cheias na Bacia do Alto Paraná: Jan/Fev - 1992

Chuvas intensas e de longa duração verificadas na região Sudeste a partir da 2ª quinzena de janeiro de 1992, decorrentes de uma frente estacionária durante quase dez dias, provocaram cheias generalizadas na bacia do Alto Paraná, mais notadamente nas cabeceiras do rio Grande. A precipitação total neste mês de janeiro chegou a alcançar até 200% da média histórica em alguns postos da cabeceira do rio Grande.

Na usina de Camargos, no alto rio Grande, em 23.01.92 ocorreu a maior cheia de um histórico de 60 anos registrado neste local, no valor de 1 630 m³/s. A liberação de uma defluência máxima de 1 170 m³/s em Camargos evitou a destruição de uma ponte na estrada BR-265, embora tenha causado uma interrupção temporária no trânsito.

Este abatimento da cheia efetuado por Camargos não foi suficiente para evitar danos à localidade de Ribeirão Vermelho, pois só as vazões incrementais, não controladas pela operação do reservatório, chegaram a atingir 4.500 m³/s, muito acima da restrição da cidade, 1.100 m³/s.

Para os demais reservatórios da cascata a operação de controle de cheias realizada foi bastante eficiente.

No reservatório de Furnas, em 23.01.95, foi registrada a vazão média diária mais elevada do histórico de 62 anos: 9.000 m³/s. Apesar deste quadro desfavorável, as vazões defluentes foram totalmente controladas, atingindo-se a restrição de defluência (4.000 m³/s) apenas a partir de 26 de janeiro, conforme mostrado no Anexo 4

O sucesso da operação de controle de cheias dos reservatórios da bacia do rio Grande (Furnas, M. Moraes, Marimondo e Água Vermelha), permitiu que fossem evitados os seguintes prejuízos:

- inundação da usina açucareira de Passos,
- interrupção do tráfego de balsas em São João Batista do Glória;
- paralisação do tráfego na ponte da BR-050 no trecho Uberaba-Ribeirão Preto;
- paralisação das atividades extrativas em portos de areia;
- inundação da casa de força da usina Mascarenhas de Moraes,
- interrupção do tráfego da BR-364 na ponte Gumercindo Penteados.

Mais ainda, o controle de cheias no rio Grande evitou que fossem desalojadas diversas famílias em áreas ribeirinhas, a perda de culturas agrícolas e a dizimação de rebanhos.

Na bacia do rio Paranaíba, o evento mais significativo da estação chuvosa ocorreu no dia 11/02/92, conforme pode ser observado também no Anexo 4. A operação de controle de cheias do reservatório de Itumbiara permitiu manter as vazões defluentes em no máximo 6.750 m³/s, respeitando a restrição para proteção da cidade de Itumbiara, que é de 7.000 m³/s.

Apesar das chuvas mais intensas nas bacias dos rios Grande e Paranaíba não terem ocorrido simultaneamente, no período de 20 de janeiro a 15 de fevereiro, as vazões naturais levantadas para Jupia neste período foram expressivas. Em torno do dia 24 de janeiro, logo após a cheia ocorrida no rio Grande, a vazão natural em Jupia atingiu o valor de 25.400 m³/s, entrando em recessão até 2 de fevereiro. Logo após esta data, em função do aumento das vazões no Paranaíba, as vazões naturais em Jupia voltaram a subir, alcançando cerca de 24.300 m³/s, conforme apresentado no Anexo 5. Esta cheia em Jupia está entre as seis maiores de um histórico de 70 anos, em termos de máxima vazão média diária.

Portanto, caso não houvesse uma eficiente operação de controle de cheias nos subsistemas Grande e Paranaíba, bem como do reservatório de Ilha Solteira, as localidades de Três Lagoas, Panorama e Presidente Epitácio, a jusante da usina de Jupia, sofreriam inundações. A operação coordenada realizada permitiu que em ambos os eventos a defluência de Jupia não ultrapassasse a restrição de 16.000 m³/s, significando uma acumulação no sistema de reservatórios brasileiros da ordem de 13 bilhões de metros cúbicos, ou seja aproximadamente 13% de sua capacidade total.

Deve-se destacar no primeiro evento que, para se elevar a defluência em Jupia, foi necessário que a CESP e a Defesa Civil removessem cerca de 100 famílias residentes nos locais atingidos. Por isso, a vazão defluente foi mantida em 6.500 m³/s até o dia 19 de janeiro, sendo gradativamente aumentada até 15.000 m³/s no dia 27. A partir daí, em função da melhoria das condições meteorológicas, a coordenação do controle de cheias manteve esse valor de defluência, permitindo o esvaziamento dos volumes de espera ocupados na bacia do rio Grande.

5.2 Operação de Controle de Cheias na bacia do Rio Iguaçu : Mai/Jun - 1992

A bacia do rio Iguaçu localiza-se na região Sul do país, em grande parte do estado Paraná, tendo também áreas de contribuição em Santa Catarina e na República Argentina.

Essa bacia possui certas características que determinam distintos tipos de enchentes ao longo da mesma. O trecho conhecido como Alto Iguaçu, a montante da localidade de Porto Vitória, caracteriza-se por declividades pequenas. Neste trecho, os escoamentos evoluem de forma gradual e permitem boas previsões de vazões. Por outro lado, no trecho a jusante de Porto Vitória, ocorre um aumento acentuado das declividades, provocando respostas rápidas às precipitações, com redução do horizonte de previsão.

As fortes chuvas ocorridas na região Sul em maio/junho de 1992 elevaram as vazões no rio Iguaçu e causaram a segunda maior cheia dos últimos 60 anos. O total de precipitação acumulado em maio de 1992 chegou a atingir 500 mm para algumas localidades, valor este cinco vezes superior ao total médio histórico.

Na região a montante de Foz do Areia, a vazão máxima registrada na cidade de União da Vitória foi de 3.800 m³/s, causando inundações para as populações ribeirinhas. Vale ressaltar que quando da ocorrência deste evento máximo não havia influência do remanso do reservatório de Foz do Areia naquela cidade, devido ao deplecionamento efetuado.

Nesta época, o aproveitamento de Segredo, da COPEL, situado imediatamente a jusante de Foz do Areia, estava em construção, e propiciou um grande abatimento da cheia, devido a limitação de descarga imposta pelos seus dois túneis de desvio. Como consequência da grande acumulação ocorrida, a ensecadeira da obra de Segredo foi galgada, sendo necessário se implementar diversas medidas emergenciais.

Devido a magnitude da cheia, o volume de espera alocado em Salto Santiago, da ELETROSUL, não foi suficiente para garantir a vazão de restrição de 17.000 m³/s na seção correspondente a usina Julio de Mesquita Filho, da COPEL, ocorrendo a inundação desta usina. No entanto, a defluência de Salto Santiago não ultrapassou a sua descarga de restrição (19.000 m³/s), evitando a inundação dessa usina, fundamental para o atendimento energético da região Sul.

Durante o desenrolar da cheia na bacia do rio Iguaçu, por volta das 19 horas do dia 29.05, a ELETROBRAS, que realizava o seu acompanhamento e controle, através do CNOS, em conjunto com a COPEL e ELETROSUL, foi informada pelo Ministério das Relações Exteriores que poderiam ocorrer problemas, em território paraguaio, no rio Paraná a jusante de Itaipu, até a confluência dos rios Iguaçu e Monday (R-11), devido às seguintes restrições: